



Informe sobre reunião de Comissão de Servidores na

Presidência do IBAMA (10. out.2017)

Na última terça-feira (10out2017), foi realizada uma reunião entre a diretoria da Asibama-DF, acompanhada de representantes de servidores de todas as diretorias do órgão e a Direção do IBAMA, representada pela presidente, Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, o Chefe de Gabinete Gustavo Müller De Podestà, o Coordenador Geral de Administração, Dário Camargo Testoni Coordenador de Patrimônio, Reginaldo Ramos Machado e o Assessor do Diretor da Diplan, Luiz Eduardo Leal de Castro Nunes .

A reunião aconteceu após a Asibama-DF solicitar à Presidência um esclarecimento, em reunião aberta a todos os servidores do órgão, sobre a adesão a uma ata de preços no valor que supera oito milhões de reais para prestação de serviços de Sistema Integrado de Segurança.

Como, em resposta, a Presidência restringiu-se em oferecer apenas uma reunião com a diretoria da Asibama-DF, ao invés de uma apresentação geral com todos os servidores, a Asibama convocou uma assembleia realizada antes da reunião com a direção para discutir o assunto . Nessa assembleia, foi produzido um documento solicitando a suspensão da referida licitação.

Durante a reunião, acompanhada por expressivo número de servidores do lado de fora da sala que entoavam palavras de ordem contra o uso de catracas no órgão, a Presidente afirmou que apesar da adesão à ata de preços (com vários itens como catracas e câmeras de segurança, previstos para o IBAMA) ainda não havia nenhum projeto sobre as alterações no sistema de monitoramento das dependências do órgão, bem como não relacionou o projeto a ser realizado com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC).

Questionada sobre qual seria a relação das catracas com as câmeras de controle, a Presidente limitou-se a dizer que o objetivo das câmeras é o controle de pessoas externas à Instituição e não o controle da circulação dos servidores no órgão, afirmando que a segurança no órgão seria modificada em relação à situação atual, sem especificar quais seriam as alterações.

O atual Coordenador de Patrimônio, que acumula também a Coordenação de Serviços Gerais, afirmou que os servidores seriam comunicados quanto às medidas a serem implementadas no IBAMA. Contudo os servidores defenderam que se faça a reunião aberta assim que houver uma proposta de projeto para apreciação dos servidores, antes dos fatos serem consumados, possibilitando contribuições e críticas. Além disso, nossos representantes explicaram que já existe uma série de controles da produtividade dos servidores e que qualquer problema pontual destes deve ser tratado com os envolvidos e que a Associação não defende a minoria que não trabalha corretamente.

A administração fez menção recorrente ao relatório da ABIN, o qual não poderia ser divulgado por demonstrar as fragilidades do **IBAMA**. Ao serem questionados quanto à falta de recursos para infraestrutura e melhoria das condições de trabalho, bem como execução rotineira das atividades finalísticas, responderam que estão tentando acessar recursos de fontes diversas para estes fins.



A presidente questionou várias vezes sobre qual era o problema de ter câmeras. Os servidores responderam que situações recentes, como fechamento de acessos, planos para implantar catraca em entrada de blocos, pedido de documentação de veículos particulares, etc. levam os servidores a crer que o intuito não é a segurança dos trabalhadores, mas sim meramente ampliar o controle sobre os funcionários.

Servidores ponderaram que hoje, com o processo digitalizado, o IBAMA está sob ameaça muito maior no campo da tecnologia da informação (vide ataques recentes), do que no campo físico. Em resposta à presidência, os servidores explicaram que o problema central é o estabelecimento da vigilância e controle dos servidores como gasto prioritário frente à falta de recursos para ações e infraestrutura básicas. Se há problemas de segurança, que a solução seja para essas situações específicas (acesso externo, estacionamento, visitantes que circulam além dos locais previamente autorizados, restaurante etc.), mas não para controle amplo e generalizado dos servidores. Ao serem questionados quanto a essas ações de controle serem anacrônicas e irem de encontro à implantação do tele trabalho, a presidente afirmou que continuará encaminhando essa agenda.

Sobre o levantamento das atividades de risco no IBAMA, o assessor da presidência afirmou que foi demandado a todas as diretorias que levantassem as atividades de riscos executados por seus servidores para efeito de uma possível implementação de Gratificação de Atividade de Risco para todos integrantes da nossa carreira.

Brasília, 13 de outubro de 2017.

**Diretoria Executiva
Asibama-DF**